

CELESC

Renovação das Concessões

A Federação Nacional dos Urbanitários convocou os trabalhadores eletricitários do país inteiro a participarem do debate que ocorreu na câmara dos deputados, dia 19/10, em Brasília, sobre a renovação das concessões de transmissão, distribuição e geração de energia elétrica.

Foi a primeira oportunidade de desmistificar a quantidade maciça de inverdades que a Federação das Industrias do Estado de São Paulo (FIESP) vem jogando na mídia, tentando impedir a renovação das concessões e propondo novas licitações, pondo em risco todo o sistema energético do país.

Acompanhando o processo de perto, o Instituto de Desenvolvimento do Setor Elétrico (Ilumina) fez diversas análises expondo os erros, mentiras e intenções por trás da campanha da Fiesp. Segundo documento publicado pelo Ilumina, “é decepcionante que uma entidade da importância e do peso da FIESP venha a público para se manifestar sobre um assunto de tamanha relevância por meio de um documento com argumentação frágil, utilizando retórica panfletária e números fantasiosos, sem mostrar a necessária fundamentação técnica para suportá-los, apenas tentando a conquista fácil da opinião pública com uma enganosa promessa de tarifas mais baixas, tão somente com a realização de leilões das concessões vincendas, proposta esta que não encontra respaldo na realidade dos fatos”.

O jornal semanal Brasil de Fato publicou uma matéria intitulada “O que a FIESP esconde”, escancarando que, apesar de toda a manipulação para transformar essa campanha em uma questão de “interesse social”, a iniciativa abre o caminho para a volta das privatizações no setor elétrico.

O que está em disputa, na realidade, é um negócio que movimenta 30,6 bilhões de reais ao ano, segundo dados do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). A campanha da FIESP para uma “energia a preço justo” falha ao pregar que a realização de novos leilões, ou seja, que a privatização do setor elétrico impactaria na redução dos valores pagos na fatura de energia, uma vez que não propões uma mudança apenas no controle das empresas e não no sistema tarifário. O atual modelo tarifário eleva o custo da energia principalmente pela alta carga de tributos, não estando ligado diretamente ao custo de geração de energia elétrica, principal argumento da FIESP. A defesa por um “preço justo” que passe pela necessidade de novos leilões também é demagógica, uma vez que havendo redução na tarifa, com certeza as empresas privadas apropriariam-se deste por meio das distribuidoras de energia, que também estão na mira da privatização.

Para o especialista do MAB, Gilberto Cervinski, as contas da FIESP para a diminuição de R\$ 90 para R\$ 20 o custo do Mwh são absurdas. “Fizeram um cálculo vergonhoso, ou foram ignorantes ou fizeram por má fé. Eles fizeram pelo cálculo da energia potencial, e é errado. O cálculo é feito pela energia firme (geralmente em torno de 55% da potência instalada)”

Cervinski não economiza nas críticas à FIESP, expondo mais pontos da campanha: “A Fiesp assumiu o protagonismo das empresas privadas. Você acha que ela quer diminuir a taxa de lucro das distribuidoras [e diminuir o preço da tarifa final]? Quem são os donos das distribuidoras? Camargo Correa, Votorantim, empresas integrantes da entidade. E agora eles dizem que têm que cumprir a lei?”

A indignação de Cervinski é explicada pelo Ilumina. Segundo relato do Instituto, a FIESP pede o cumprimento de uma legislação que já é cumprida em sua totalidade.



“De fato, na atualidade as tarifas de energia elétrica brasileiras estão muito altas, são hoje das maiores do mundo. Mas, se deve deixar bem claro que isto está acontecendo justamente pelo fato de que as leis que regem a matéria estão sendo rigorosamente cumpridas, todas elas introduzidas a partir de meados dos anos 90 do século passado, quando se implantou o Modelo Mercantil de base privada no setor elétrico brasileiro, em substituição ao Modelo de Serviço Público que antes vigorou por quase 100 anos”.

A história recente também deixa claro que a privatização não garante bons serviços prestados à sociedade, nem a desoneração do consumidor final.

Para a Federação Nacional dos Urbanitários, somente a renovação de todas as concessões garantirá o acesso justo e democrático à energia. Segundo nota divulgada pela FNU, “uma nova licitação desses ativos, como defendem alguns setores da sociedade, seria o mesmo que promover uma nova privatização do setor, trazendo consigo todas as consequências que este processo acarreta: desemprego, má qualidade de serviço e preços elevados. Ao contrário do que vem se falando, o processo de renovação trará benefícios para toda a sociedade. A modicidade tarifária será levada em conta pelo governo num possível processo de renovação. Acreditamos que pela energia deve-se pagar o preço justo, porém, manter a capacidade de investimentos do setor e garantir a segurança energética é fundamental.

Entrevistado pelo jornal Valor Econômico, o presidente da Eletrobrás, José da Costa Carvalho Neto, defendeu a renovação das concessões: “para o benefício do país, a renovação é o melhor caminho. O volume de concessões que vai vencer é elevado e isso [leiloar as concessões] tumultuaria muito o processo”, disse Costa. “O bom senso indica que essas concessões vão ser renovadas. É uma temeridade pensar em relicitar tudo.”

A Intercel acompanha de perto o processo, sempre defendendo a renovação das concessões para garantir a continuidade do sistema elétrico nacional, não permitindo que interesses privados ponham em risco o bom fornecimento de energia.



Intersul reivindica Adicionais Legais no PCR

Após solicitar a mediação do Ministério do Trabalho para avançar nas melhorias do PCR travadas pela diretoria da Tractebel, a Intersul deixou claro que a exclusão dos Adicionais Legais da composição da remuneração referência para enquadramento no PCR é tema de grande descontentamento no meio dos trabalhadores. A Tractebel defendeu junto ao MPT que “a concepção de remuneração fixa mensal não traz prejuízo aos trabalhadores, pelo contrário, possibilita que a remuneração para cada cargo seja comparada com as práticas de mercado, de acordo com o conteúdo ocupacional”.

Entretanto, para a Intersul a alegação de que esta prática não traz prejuízo ao trabalhador somente seria verdadeira se nas empresas pesquisadas todos os trabalhadores recebessem mensalmente os adicionais.

Dessa forma, considerar-los ou não seria indiferente. No entanto, como apenas parte dos empregados trabalha em áreas insalubres e perigosas ou estão submetidos às condições penosas de trabalho, os valores pagos a estes ficam diluídos entre o conjunto dos trabalhadores. Depois de apurado o valor do conjunto (com e sem adicionais), a empresa decompõe da remuneração dos trabalhadores que recebem os adicionais para caracterizá-los. No entanto a remuneração total dos trabalhadores com adicionais acaba sendo a mesma dos que não tem. Na prática houve uma transferência de remuneração entre os trabalhadores como se todos trabalhassem sob as mesmas condições. Esse efeito é tanto pior quanto menor for a incidência de adicional nos salários dos empregados das empresas utilizadas como referência de pesquisa pela Tractebel Energia.

A Intersul sustenta que a adoção dessa prática de levantamento salarial faz com que a remuneração se iguale entre os trabalhadores mesmo que as condições e os locais de trabalho sejam distintos. Dito de outro modo: trabalhar em área de risco na Tractebel Energia não adiciona 30% no salário comparativamente a quem não trabalha, pois as remunerações se equivalem.

Para os trabalhadores com direito aos adicionais, mesmo que o salário base seja menor que os seus pares em razão da decomposição da remuneração total, a perspectiva de carreira se reduz tendo em vista que a percepção do adicional o aproxima do final da faixa de remuneração do seu cargo.



4 da NET e em
www.tvfloripa.org.br

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC. Jornalista responsável: Paulo Guilherme Horn (SRTE/SC 3489). Conselho Editorial: Leandro Nunes da Silva. Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC. CEP 89206-000. Fone (047) 3028-2161. E-mail: sindsc@terra.com.br - Site: www.sindinorte.org. As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

TRIBUNA LIVRE

Demasiado Eletricitário Sorria, você está sendo violentado!

Pense positivo! Seja positivo! Seja proativo! Seja construtivo! Tenha iniciativa! Sorria!

Dentre as coisas mais maçantes no mundo do trabalho está à tentativa de convencer os trabalhadores a extrair prazer do infortúnio, encontrar um lado bom para a opressão: “pense pelo lado bom, você se tornará muito mais produtivo depois que controlarmos e submetermos você!”. Entendemos que a seriedade e a gravidade dos fatos são imutáveis: uma catraca na lanchonete é uma violência, uma prática anti-produtiva, antipática, marginalizante e humilhante.

Enquanto empresas bem geridas melhoram a produtividade e a lucratividade com modernas práticas de gestão de pessoas, a Eletrosul, uma empresa pública, que tem por principais objetivos a qualidade do serviço, a modicidade tarifária, o compromisso social e, quiçá o lucro; implanta uma catraca na lanchonete para controlar o tempo de permanência dos empregados em suas mesas de trabalho.

Primeiramente, de todos os absurdos, o maior é achar que na lanchonete as pessoas não produzem. Qualquer um que faça um curso de gerência de pessoas por correspondência (ou leia alguns tutoriais na internet) sabe do esgotamento do espaço formal para discutir certos temas. Sabe, também, da importância dos espaços informais para a discussão de idéias criativas e formação do espírito de equipe para os trabalhadores.

Em segundo lugar, para uma empresa que implanta um PCR baseado em competência e um SGD baseados em metas, restringir os empregados a suas estações de trabalho é assumir a incapacidade dos gestores em administrar tais sistemas. É desqualificar as competências dos profissionais e reduzi-los a condição de galinhas poedeiras, valorados pelo número de ovos que põem por dia. É desconsiderar a gestão por metas.

Por fim, reza a lenda, que a idéia da famigerada catraca saiu da reunião de gerentes e serve para evitar “abusos” como os empregados reunirem-se para assistir a jogos de futebol. Por que então, tais gerentes, não apresentam os cálculos de ROI (retorno do investimento) da implantação da catraca? Quanto à catraca efetivamente economizará para a Eletrosul? Façamos um diagrama de Pareto e comparemos a significância da economia que a catraca trará com os gastos do avião fretado pela diretoria, dos milhões perdidos pela retomada da concessão das usinas ou pelo provisionamento das usinas de Passo São João e São Domingos. Qual a relevância do suposto “abuso” dos empregados quando comparado com a ingerência político partidária?

Pense positivo: imagine uma paralisação por conta da catraca. Seja positivo: exija que seu gerente escreva suas ordens a você, para constar como registro. Seja pró-ativo: denuncie ingerências ao TCU e ao sindicato, antes que elas dêem prejuízo à empresa. Seja construtivo: destrua a autoridade dos incompetentes. Tenha iniciativa: reúna seus colegas para avaliar as decisões gerenciais antes de executá-las. Sorria, quando for para sorrir; zanguem-se quando for para se zangar e lute, quando for para lutar.

Rafael Mendes é representante sindical do Sinergia e trabalhador da Eletrosul

Sindicatos da Intercel participam de capacitação do PPTAD

Aconteceu no Hotel Castelmar em Florianópolis, nos dias 19 e 20 de outubro um Curso de Abordagem e Intervenção em Dependência Química, patrocinado pela Diretoria de Gestão da Celesc. Coordenado pela terapeuta Jaira, o curso capacitou dezenas de empregados, incluindo dirigentes sindicais, que poderão auxiliar nas questões relacionadas com adicção, especialmente a dependência química. A expressão dependência química surgiu para descrever a doença de todo e qualquer dependente, incluindo também o alcoolismo. Os sindicatos aprovam a iniciativa da Diretoria de Gestão, uma vez que defendem cláusula em acordo coletivo neste sentido, e de fato estava faltando uma preparação melhor das pessoas que abordam os dependentes. Conforme se repetiu a exaustão no curso: “primeiro as primeiras coisas”, e o treinamento é a pré-condição para realizarmos bem qualquer atividade. Todos porém, podem ajudar na recuperação de companheiros que estejam passando por esta situação, bastando para isso ter boa vontade, mente aberta e honestidade.



Panorama dos Grupos de Trabalho na Celesc

A contraproposta da Celesc para o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho 2011.2012 trouxe alternativas amplamente conhecidas pelos trabalhadores: o debate de cláusulas complexas e fundamentais para os celesquianos em grupos de trabalhos constituídos com a representação dos sindicatos que compõem a Intercel. Porém, na toada do “nunca antes nessa empresa...” consideremos que chegou a hora de construirmos de fato um amanhã diferente do ontem: com situações bem delineadas e limites conhecidos para todos, empresa e empregados. Os grupos de

trabalho criados para debater o Atendimento Comercial, Turno de Revezamento, Avaliação de Desempenho e Linha Viva foram ou estão sendo concluídos, aguardando posicionamento da Diretoria Executiva da Celesc para encaminhamentos e/ou apreciação da categoria. Os Grupos de Trabalho do PC`S e da PLR 2012, pela complexidade dos temas, permanecem em discussão, demandando um prazo maior para definição de relatório e /ou proposição final. As próximas edições do Linha Viva trarão relatos do andamento dos Grupos de Trabalho.

Conselheiro percorre o estado

O Representante dos Empregados no Conselho de Administração da Celesc, Jair Maurino Fonseca iniciou na última segunda-feira percorrida pelos locais de trabalho para informar aos trabalhadores o resultado do Grupo de Trabalho formado pelo CA para a construção da proposta de reforma estatutária em consonância à obrigatoriedade imposta pela Bovespa. Esta percorrida que já passou por Rio do Sul, Blumenau e Itajaí, continuará em Lages e cumprirá a agenda abaixo:

- 28/10 - Sexta-Feira - Lages - 7h30
- 31/10 - Segunda-Feira - São Miguel d'Oeste - 7h30
- 31/10 - Segunda-Feira - Chapecó - 13h
- 31/10 - Segunda-Feira - Concórdia - 16h30
- 01/11 - Terça-Feira - Joaçaba - 7h30
- 01/11 - Terça-Feira - Videira - 13h
- 07/11 - Segunda-Feira - Criciúma - 7h30
- 08/10 - Terça-Feira - Tubarão - 7h30
- 16/11 - Quarta-Feira - Joinville - 7h30
- 16/11 - Quarta-Feira - Jaraguá do Sul - 13h30
- 17/11 - Quinta-Feira - Mafra - 7h30
- 18/11 - Sexta-Feira - São Bento do Sul - 7h30
- 22/11 - Terça-Feira - Florianópolis (Ag. Regional) - 7h30
- 22/11 - Terça-Feira - Florianópolis (Adm. Central) - 13h

A Vida como ela é

Depois do registro feito pela Intercel na edição nº 1099 do Jornal Linha Viva, que criticou o padrão “loiro de olhos azuis” adotado pela Celesc em suas campanhas publicitárias, a empresa resolveu voltar para o mundo real: passou a respeitar todos os segmentos da sociedade em seus materiais de divulgação. Coincidência? Preferimos acreditar na coerência!

Atenção Celesquianos!

Estamos no período de realização da Pesquisa de Satisfação anual da Fundação Celos. A pesquisa, que está sendo realizada pela Empresa Lupi & Associados, iniciou na semana passada através de contato telefônico com os empregados ativos e aposentados de todas as Agências Regionais da Celesc e terá duração de 15 dias. A Intercel pede a colaboração de todos os participantes que receberem as ligações no sentido de responder o questionário pois essa é uma das maneiras que temos para contribuir com uma Celos cada vez melhor!

AS RELAÇÕES DE PODER

Fugindo das habitualidades as quais estamos acostumados a enxergar as relações de trabalho e o poder exercido, o filósofo francês Michel Foucault nos leva a pensar o poder exercido e suas correlações na sociedade de forma muito mais abrangente.

Foucault nos diz o seguinte: se não formos capazes de mostrar que é possível mudar a nós mesmos em primeiro lugar, se não conseguirmos mudar o exercício de poder em que estamos pessoalmente envolvidos, como podemos pretender que os outros venham a mudar a situação em que vivemos? Como pensar em melhoria ética sem ter em conta a relação que mantenho com meus colegas no local de trabalho, local em que muitos de nós passamos a maior parte do nosso tempo?

Observe que o que está em jogo não é, portanto, o poder político, nem o econômico, nem o jurídico, nem o ideológico, nem sequer a dominação étnica, mas o poder em geral, que tem um jeito de ser exercido igual em qualquer experiência de nossa vida cotidiana; o que ocorre entre governantes e governados é baseado na mesma lógica do que ocorre entre ricos e pobres, entre chefe e subalterno, e entre cada pessoa e seu colega de trabalho ou profissão, entre cada marido e cada esposa, entre namorado e namorada, entre colegas de aula, ou entre professor e aluno.

É este poder que precisamos entender e questionar, o jeito de ele funcionar na prática. Sem que entendamos isso, não será possível saber o que acontece conosco, e menos ainda será possível mudar algo.

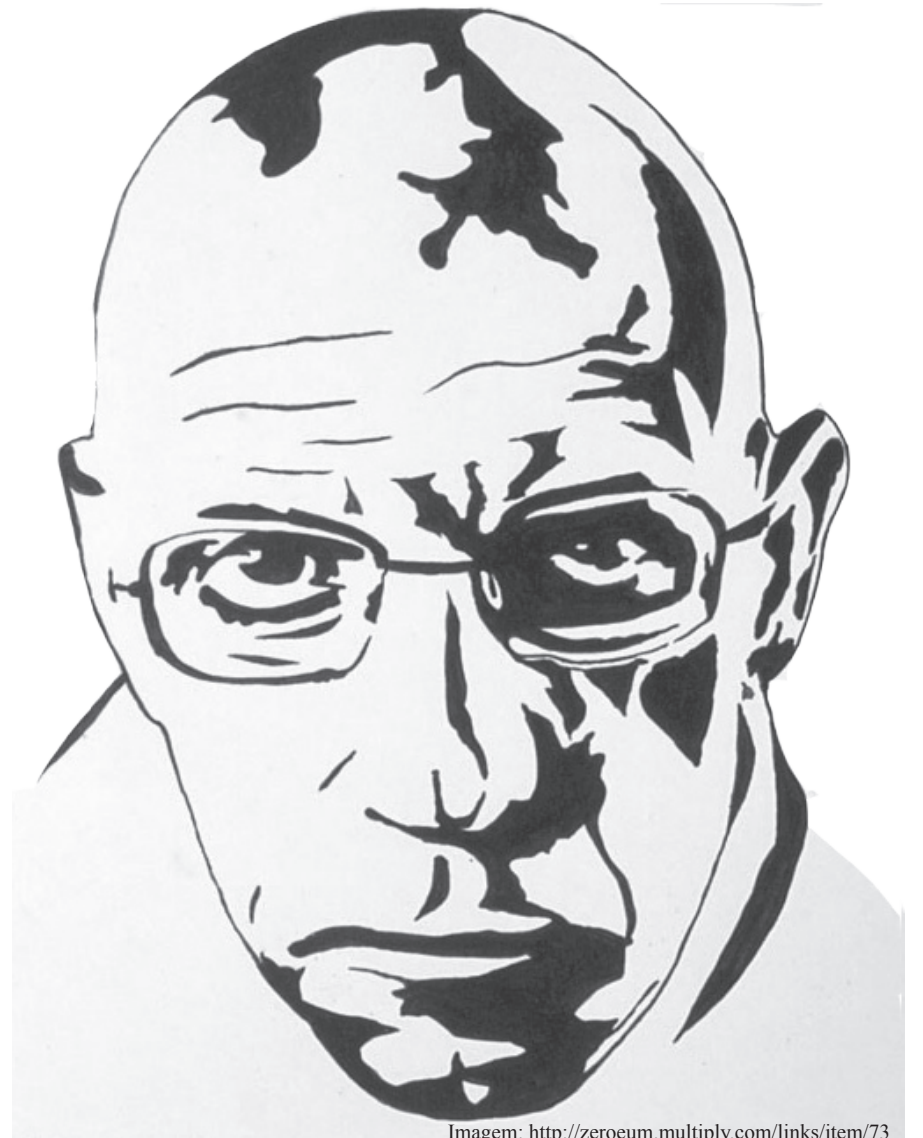


Imagem: <http://zeroeum.multiply.com/links/item/73>

O poder é, pois, uma ação de uma pessoa sobre a conduta de outra pessoa. Não sobre a pessoa, mas sobre a conduta da mesma. E só existe poder quando quem manda deixa ao outro a possibilidade de dizer sim ou não. Esse é o significado da afirmação de Foucault, de que só existe poder entre pessoas livres. Tanto somos livres quando mandamos, contanto que não imponhamos a obediência ao outro simplesmente pela força, quanto somos livres quando obedecemos ou desobedecemos a quem manda. Assim, só temos poder quando possibilitamos a resistência, ou seja, se quem manda não permite que o outro não obedeça, já não existirá poder e sim haverá violência. Por isso, poder não é violência. Logo, podemos afirmar que só há poder onde há relações de poder em ato; além disso, praticamente, só há seres livres onde há relações de poder.

O poder, como tal, não é bom nem mau, mas é algo que simplesmente existe. E existe em todas as relações entre pessoas livres. Há, portanto, em toda atividade considerada moral. E somos mais ou menos livres, porém livres sempre. Quando aceitamos na teoria e na prática que o poder acontece entre pessoas livres, em que um quer dirigir a conduta de outrem, e em que sempre é possível a resistência, a desobediência, deixaremos de dizer que todos os males se devem aos outros e não também a quem obedece.

E deixaremos de dizer que uns são só bons e outros – em geral os outros – são sempre maus. Perceberemos, então, que o mundo que temos é construído na relação de poder, no conjunto das relações que se tecem na vida cotidiana, em tantas instâncias, desde aquelas em que estamos envolvidos, até aquelas que, em geral, são consideradas as únicas nas quais as coisas seriam decididas.

Percebemos então que não se trata de lutar contra o poder, que em si não é mau nem bom, mas se trata de compreender e de, eventualmente, mudar as relações de poder em que estamos envolvidos todos nós. Trata-se de resistir mais e melhor.

Michel Foucault foi filósofo e professor de História dos Sistemas de Pensamento no College de France de 1970 a 1984, quando faleceu. Nascido em 1926 completaria 85 anos em 2011.

O texto acima é parte do material didático do Programa nacional de formação em Administração Pública - PNAP

